

CIMLT

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

CONSELHO INTERMUNICIPAL
DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

SEMINÁRIO
INTERNO
DEZEMBRO 2014

ATA
DE
22 E 23/12/2014



CONSELHO INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

ATA SEMINÁRIO INTERNO DEZEMBRO 2014

Dias 22 e 23 de dezembro de 2014

Presidiu: Presidente do Conselho Intermunicipal – Pedro Miguel César
Ribeiro

CONSELHO INTERMUNICIPAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Cerca das vinte e uma horas e trinta minutos do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e catorze, na Sala de Reuniões do Sana Sesimbra Hotel, deu-se início à abertura do Seminário Interno da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, presidido pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro. -----

Estiveram presentes: -----

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro; -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Paulo Vladimiro Santana Caetano; -----

Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira; -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Carlos Jorge Duarte Pereira; -----

Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, Luís Manuel Abreu de Sousa; -----

Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho; -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Domingos Manuel Sousa dos Santos; -----

Presidente da Câmara Municipal de Cartaxo, Pedro Miguel Magalhães Ribeiro; -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cartaxo, Fernando Manuel Silva Amorim; -----

Presidente da Câmara Municipal de Chamusca, Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado; -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Chamusca, Cláudia Patrícia Alves Moreira; -----

Presidente da Câmara Municipal de Coruche, Francisco Silvestre de Oliveira; -----

Presidente da Câmara Municipal de Golegã, Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte; -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Golegã, Carlos Manuel Matos Asseiceiro; -----

Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes; -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Carlos Fernando Frazão Correia; -----

Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, Hélder Manuel Ramalho de Sousa Esménio;

Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves; -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Susana Cristina Coelho da Silva Pita Soares. -----

Esteve ainda presente: -----

Técnica Superior do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Coruche, Susana Gaspar Ribeiro da Cruz; -----

Esteve também presente o Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, António Manuel de Carvalho Torres. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, deu as boas vindas a todos, declarando abertos os trabalhos do Seminário Interno e fazendo votos que o desenrolar dos trabalhos fosse proveitoso para todos os Municípios. -----

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Para este Seminário Interno foi estabelecido o seguinte programa: -----

Primeira Sessão (dia 22 de dezembro à noite): -----

1. Áreas de Vocação Turística [com a presença do Arquiteto Bruno Soares]; -----
2. Manutenção de Estradas – Análise e Discussão sobre Eventuais Procedimentos para Efeitos de Economias de Escala; -----
3. Estudo de Viabilidade para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos na Lezíria do Tejo.

Segunda Sessão (dia 23 de dezembro de manhã): -----

4. Contratualização [inclui apresentação do PO Alentejo pelo Dr. Costa da Silva]; -----

Terceira Sessão (dia 23 de dezembro de tarde): -----

5. Delegação de Competências na Área da Reabilitação Urbana dos Municípios Associados para a CIMLT. -----

Foi lavrada a presente ata por João Paulo Godinho Ferreira, Assistente Técnico, designado para o efeito por deliberação do Conselho Intermunicipal de vinte e quatro de outubro de dois mil e treze. -----

Toda a documentação referida nesta ata fica anexa à mesma. -----

Primeira Sessão (dia 22 de dezembro à noite): -----

- 1 – Áreas de Vocação Turística [com a presença do Arquiteto Bruno Soares] -----

O Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, António Manuel de Carvalho Torres, fez um breve resumo do trabalho efetuado pela CIMLT nesta área, tendo lembrado o estudo feito que levou à delimitação de Áreas de Vocação Turística (AVT), áreas que se destinam à localização de resorts.

Na sequência do trabalho efetuado foram distribuídos pelos Municípios 50% das camas disponíveis. ---

Mais lembrou que veio agora o novo Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) suscitar uma série de dúvidas, nomeadamente quanto às áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), revelando receio que com a delimitação das AVT estas áreas passem a estar sujeitas a especulação imobiliária. -----

Recordou que existe atualmente um Plano Diretor Municipal (PDM) em discussão pública, nomeadamente o de Benavente, no qual as AVI são delimitadas, mas só se houver interessados.

Também referiu que ao se delimitar não se está a dizer que o solo é urbanizável. -----

Colocou assim à consideração dos presentes a necessidade de uma tomada de posição em resposta às questões suscitadas pelo Presidente da CCDRLVT. -----

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Tomou a palavra o Arquiteto Bruno Soares, fazendo uma apresentação do trabalho que foi realizado em 2013. Lembrou que a figura das AVT não classifica o uso do solo, apenas é uma forma adotada para eventuais instalações de resort através de um processo de concurso e contratualização com potenciais investidores. -----

Passou a referir as questões levantadas pela CCDRLVT, sendo uma delas que este estudo deveria se enquadrar na nova legislação, o que não tem cabimento pois tal legislação não estava publicada à época. Também recordou que à época havia Municípios que não tinham delimitado a REN bruta, pelo que foram identificadas as AVT mas não foram cruzadas com a REN. -----

Lembrou que o estudo que foi feito foi para apoiar os Municípios ao fazerem as revisões dos seus PDM, sendo as AVT áreas indicativas, as quais poderão ser alteradas ou não adotadas pelos Municípios. -----

Na época foi também definido um documento intitulado Bases Regulamentares, para apoio de todos os PDM dos Municípios. -----

Elencou de seguida as nove grandes questões suscitadas pela CCDRLVT: -----

1. Dúvidas sobre os critérios de identificação das AVT; -----
2. O Estudo não deve explicitar a possibilidade de exclusão da REN ou RAN; -----
3. Arredar a possibilidade de fracionamento de parcelas agrícolas e florestais; -----
4. Compatibilização com a nova legislação, Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e Regime Jurídico de Urbanização e Edificação; -----
5. Obrigatoriedade de construção, na primeira fase da programação dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico, do hotel e do equipamento de animação autónoma; -----
6. O Estudo não identifica condicionantes fundamentais – REN, RAN, Rede Natura, Montado de Sobro; -----
7. O Estudo não inclui avaliação ambiental estratégica; -----
8. Incipiente desenvolvimento das condições e requisitos de multifuncionalidade; -----
9. O Estudo não aborda prazos de validade dos Planos Urbanísticos e Planos de Pormenor. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, referiu que esteve presente na reunião com a CCDRLVT, junto com o Arquiteto Bruno Soares e o Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, tendo tal reunião sido improdutiva. -----

Referiu que a questão é se a posição da CIMLT é a correta ou não, e é sua opinião que o é, pelo que será de levar este processo avante. -----

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Pediu a palavra o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho, referindo não perceber a posição do Presidente da CCDRLVT, uma vez que o Plano Regional determinou que esta região era uma região emergente na área do turismo da natureza. -----

Informou que em Benavente foi tudo definido como AVT em zonas florestais. Única questão é os resort, o que acha que nem um vai haver em todo o território da Lezíria do Tejo, atendendo à atual conjuntura económica, bem como o fato de estes estarem sujeitos ao escrutínio de várias entidades, o que coloca condicionantes para além das áreas de REN e RAN. -----

Também deve ser levado em conta o trabalho desenvolvido com o Turismo de Portugal, nomeadamente quanto às questões do alojamento, trabalho esse transposto para os regulamentos dos PDM. -----

Lembrou que o que se quer é que existam bons projetos, não se podendo permitir que o Presidente da CCDRLVT condicione a visão estratégica da Lezíria do Tejo. -----

Referiu que o PDM de Benavente foi aprovado sem questões da parte da CCDRLVT, sendo que esta entidade não muda só por mudar o Presidente da mesma. -----

Terminou referindo que quanto à questão do fracionamento há que levar em conta o que diz o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT). -----

O Arquiteto Bruno Soares referiu achar ser um grande risco afirmar que em 49 000 hectares não há fracionamento, lembrando que o PDM pode dizer que permite o fracionamento mas não autoriza a construção. Lembrou ainda que a figura do resort é pesada para os promotores. -----

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Coruche, Francisco Silvestre de Oliveira, afirmando ser esta uma situação ingrata, pois está-se a gorar as expetativas criadas por parte dos promotores das herdades. Mais referiu que tendo em conta que os Municípios se submeteram às regras do PROT, deve-se adotar na caracterização da Lezíria aquilo que é a sua vocação, o que a não ser assim, coloca condicionantes aos PDM. Mais referiu que as AVT não vinculam os Municípios. -----

Pediu a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Chamusca, Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, referindo que na Chamusca o que se passa é que a AVT traz mais condicionantes que benefícios. -----

O Arquiteto Bruno Soares referiu que ao definir AVT o Município autoimpõe uma limitação, condicionando assim outras atividades nessa área delimitada. -----

O Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, António Manuel de Carvalho Torres, referiu que a CIMLT está a ser cobaia na CCDRLVT, pois até agora nenhuma NUT fez este trabalho, sendo que o trabalho realizado na delimitação das AVT a nível regulamentar cabe no PROT. Referiu ser um fato

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

que a CCDRLVT aprovou o PDM de Benavente, realizado segundo este trabalho. Assim sendo, é sua opinião que se deve agendar uma reunião com o Presidente da CCDRLVT, expondo que não faz sentido o que esta entidade propõe. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, inquiriu se estas questões resultam dos técnicos da CCDRLVT, tendo o Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, António Manuel de Carvalho Torres, informado que não, trata-se de uma exigência do Presidente da CCDRLVT. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, referiu que assim sendo, o Presidente da CCDRLVT não faz doutrina, pelo entende que avançar com o trabalho será o melhor. -----

Interveio o Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, referindo que a questão é a necessidade de a CIMLT adotar uma posição comum, não concordando com as observações recebidas da CCDRLVT. -----

A Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, corroborou a intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal, tendo referido que o trabalho foi desenvolvido pela CIMLT para os Municípios associados, por isso a posição terá de ser comum. -----

Pediu a palavra o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Cartaxo, Pedro Miguel Magalhães Ribeiro, salientando que todos os Municípios estão orientados em sede de revisão de PDM pelo PROT, sendo que a posição da CIMLT e dos Municípios associados deve sempre ser orientada por esse documento. -----

Mais referiu que mais uma vez a Lezíria do Tejo é penalizada por estar na vanguarda, pelo que deve haver uma tomada de posição de todos os Municípios junto do Presidente da CCDRLVT, devendo a CCDRLVT assumir por escrito as suas posições. -----

Referiu que estando a esmagadora maioria dos Municípios em fase de conclusão dos seus PDM, estas questões devem ser rapidamente resolvidas, para saber se as regras do PROT fazem ou não doutrina.

Pediu a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Golegã, Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, tendo referido ser sua opinião que se tome uma posição comum, e se aguarde a resposta da CCDRLVT.

Interveio o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho, referindo que a delimitação da AVT pode ser adaptada por cada Município, colocando as exclusões que se quer. Lembrou que ao colocar o turismo no PROT, não houve nenhuma entidade a nível nacional que aproveitasse o que lá foi colocado, pelo que este será um primeiro passo para uma visão integrada. -----

CONSELHO INTERMUNICIPAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Após a apreciação e discussão deste assunto, os presentes aprovaram por unanimidade as seguintes conclusões: -----

a CIMLT deverá responder às questões levantadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), baseando-se no trabalho feito pela CIMLT sobre as Áreas de Vocação Turística, mostrando que as questões levantadas pelo Presidente da CCDRLVT não têm enquadramento. -----

2 – Manutenção de Estradas – Análise e Discussão sobre Eventuais Procedimentos para Efeitos de Economias de Escala -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, salientou os bons resultados obtidos pela Central de Compras Eletrónicas da CIMLT (CCE-CIMLT), e em virtude dos mesmos solicitou a opinião dos presentes quanto a uma de duas soluções: haver Municípios que pretendam pavimentar, fazer pinturas em pavimentos, reparações de estradas, através da CCE-CIMLT ou então no que diz respeito à aplicação de camada de desgaste, a CIMLT adquirir uma máquina e haver quem faça este trabalho, tornando assim mais barato uma série de intervenções. Pediu a palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Carlos Fernando Frazão Correia, referindo que acha a ideia interessante. No entanto alerta para que a qualidade de material e aplicação varia de empresa para empresa, e que é difícil encontrar pessoas qualificadas. -----

Mais referiu que na CIM do Oeste houve problemas com a central de massas a quente, pelo que as economias de escala não funcionaram. Assim, alertou que se na Lezíria do Tejo houver apenas uma central haverá problemas. -----

Interveio o Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, tendo salientado ser sua opinião que os Municípios vão ter de voltar às obras por administração direta, pelo que se houver condições para os Municípios estarem equipados, melhor. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Coruche, Francisco Silvestre de Oliveira, referiu que acha interessante a ideia de procedimentos pela CCE-CIMLT, sendo oportuna a ideia de um acordo-quadro nesta área, no entanto pensa ser difícil colocá-la em prática. Frisou que será necessário encontrar um caderno de encargos que satisfaça as condições pretendidas e que assegure a dimensão da empresa que venha a satisfazer as pretensões dos Municípios. -----

Mais referiu que pessoalmente não é apologista de que a CIMLT adquira equipamentos. -----

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Pediu a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, afirmando que esta é uma questão a ser ponderada, sendo que caso se decida avançar, tal deverá ser feito com celeridade, pois tem uma verba avultada em orçamento para esta área. -----

Mais referiu que comprar equipamento é uma questão, contratar pessoal é outra, dadas as restrições que o Governo tem vindo a impor. -----

Interveio o Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Cartaxo, Pedro Miguel Magalhães Ribeiro, lembrando que este é um problema comum a todos os Municípios, agravado pelo fato de o próximo Quadro Comunitário não contemplar verbas para esta área. -----

Assim, pensa ser a melhor opção o realizar-se procedimentos através da CCE-CIMLT, devendo ser encontrado um caderno de encargos que assegure a capacidade de resposta da empresa. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Golegã, Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, manifestou a sua concordância com a realização de procedimentos pela CCE-CIMLT e discordância com a aquisição de máquinas. -----

No entanto, salientou duas questões que o preocupam: a primeira a necessidade de reforçar a sinalização; a segunda, o fato de os caminhos rurais estarem-se a degradar rapidamente, frisando que seria importante ir buscar verbas para se alocar à manutenção de estradas e caminhos rurais. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, referiu que nas reuniões onde tem estado tem levantado essa questão, a qual para a Lezíria do Tejo é muito importante, pois temos estradas debaixo de água por semanas, para além do fato dos caminhos rurais não estarem dimensionados para galeras com sessenta toneladas. -----

Lembrou que o Alentejo por causa do Alqueva vai estar pior, pelo que tem esperança que em sede de reprogramação futura esta área venha a ser financiada. -----

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, Luís Manuel Abreu de Sousa, referindo que concorda com as opiniões já apresentadas, devendo ser realizados procedimentos pela CCE-CIMLT e não se comprar equipamentos. -----

Após a apreciação e discussão deste assunto, os presentes aprovaram por unanimidade as seguintes conclusões: -----

a Central de Compras Eletrónicas da CIMLT (CCE-CIMLT) deverá fazer um levantamento junto dos Municípios associados quanto às suas necessidades de sinalização (incluindo semaforica), massas a quente e a frio, preço por quilómetro do transporte de massas a quente, camada de desgaste e pinturas na estrada. Nestes procedimentos os representantes de cada Município nas reuniões da CCE-CIMLT serão: Almeirim – Presidente da Câmara Municipal; Alpiarça – Vice-Presidente da Câmara Municipal;

CONSELHO INTERMUNICIPAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Azambuja – Alexandre Carnide ou António José; Benavente – Vice-Presidente da Câmara Municipal; Cartaxo – Marta Ouro; Chamusca – Rui Ferreira; Coruche – José Domingos; Golegã – Paulo Caixinha; Rio Maior – Ricardo Rosário; Salvaterra de Magos – João Simões; Santarém – Pedro Gouveia. -----

3 – Estudo de Viabilidade para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos na Lezíria do Tejo -----
O Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, António Manuel de Carvalho Torres, fez para os presentes um resumo do estudo realizado. -----

Segunda Sessão (dia 23 de dezembro de manhã): -----

4 – Contratualização [inclui apresentação do PO Alentejo pelo Dr. Costa da Silva] -----
O Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, António Manuel de Carvalho Torres, fez para os presentes um ponto de situação sobre a contratualização, e apresentou os documentos de trabalho distribuídos. -----

Referiu que pretende no futuro apresentar pela CIMLT uma candidatura global de modernização administrativa para os onze Municípios. -----

Interveio o Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, referindo que contratualizar Fundo Social Europeu será algo complicado pois transfere o ónus nesta área da Administração Central para os Municípios. -----

Pedi a palavra o Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, António Manuel de Carvalho Torres, passando a apresentar o modelo de governação proposto: criação de uma Comissão de Concertação e Gestão, presidida pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e composta por representantes de Núcleo Empresarial da Região de Santarém (NERSANT), Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana, Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo (APRODER), Centro Distrital de Santarém do Instituto de Segurança Social I.P. (CDSS), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT), Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional e Instituto Politécnico de Santarém (IPS). -----

O Presidente da Câmara Municipal de Golegã, Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, disse ser sua opinião que se deve contratualizar tudo. Entende ser um erro a CIMLT não estar no emprego e empreendedorismo, mas que se deve é discutir a forma como iremos estar nesta área. -----

Mais referiu ser uma excelente ideia fazer uma candidatura global para a modernização administrativa. O Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Cartaxo, Pedro Miguel Magalhães Ribeiro, afirmou concordar com a intervenção do Presidente da Câmara Municipal

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

de Golegã, reforçando a ideia de que se deve estudar bem como a CIMLT e os Municípios vão intervir na área do Fundo Social Europeu. -----

Pedi a palavra a Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, afirmando que o seu Município já tem trabalho nesta área, no entanto não percebe como se irá materializar o previsto na Prioridade de Investimento 8.3 – Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, lembrou que ao tomar a opção de contratualizar a Prioridade de Investimento 8.3, os Municípios se estão a autolimitar aos 30% de dotação da Intervenção Territorial Integrada. Referiu ser sua opinião que seria melhor os Municípios fazerem candidaturas para os treze melhores da dotação global da Prioridade de Investimento. -----

Pedi a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, Hélder Manuel Ramalho de Sousa Esménio, concordando com a última intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal, dizendo ser sua opinião que os Municípios se restrinjam a duas ou três áreas que sejam mesmo municipais. -----

Interveio o Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, referindo outra questão que considera ser importante, que é a avaliação por objetivos, ao se contratualizar contratualiza-se também uma série de objetivos e não vislumbra como se vão conseguir alcançar alguns desses objetivos. -----

O Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, António Manuel de Carvalho Torres, lembrou os membros presentes que o modelo proposto pelo Governo visa alargar as áreas de atuação dos Municípios, levando-os a tratar das questões da governação económica e social. -----

De seguida estiveram presentes António Francisco Costa da Silva e Filipe José Guerreiro Palma, Vogais Executivos da Comissão Diretiva do INALENTEJO, que fizeram para os presentes uma apresentação do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014/2020. -----

Lembraram os presentes da importância de estarem muito atentos aos Programas Operacionais Temáticos para que a região possa beneficiar dos fundos a que tem direito, e que o anexo 3 do Acordo de Parceria identifica o que é temático, regional e municipal. -----

Descreveram a estrutura do Programa Operacional Regional, dividido em dez eixos e quatro agendas, correspondendo a cada agenda um Programa Operacional Temático. -----

CONSELHO INTERMUNICIPAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

Mais referiram ser importante que a CIMLT e os Municípios associados priorizem aquilo que entendem ser essencial para a Lezíria do Tejo. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, agradeceu a presença de ambos e os contributos prestados para a discussão que está a ocorrer. -----

Após a apreciação e discussão deste assunto, os presentes aprovaram por unanimidade as seguintes conclusões: -----

aprovado o Modelo de Governação, incluindo a Comissão de Concertação e Gestão, presidida pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e composta por representantes das seguintes entidades: Núcleo Empresarial da Região de Santarém (NERSANT), Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana, Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo (APRODER), Centro Distrital de Santarém do Instituto de Segurança Social I.P. (CDSS), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP-LVT), Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional e Instituto Politécnico de Santarém (IPS); -----

contratualizar tudo o que for possível contratualizar (estando ausente o Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro); -----

decidido o modelo de repartição de verbas sendo: 15% igual para todos, 25% distribuídas segundo a população e 60% distribuídas segundo o território. -----

Terceira Sessão (dia 23 de dezembro de tarde): -----

5 – Delegação de Competências na Área da Reabilitação Urbana dos Municípios Associados para a CIMLT -----

O Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, António Manuel de Carvalho Torres, apresentou a proposta de delegação de competências dos Municípios na CIMLT na área da Reabilitação Urbana, a qual foi feita tendo como base um documento enviado pelo Município de Salvaterra de Magos. -----

Os presentes decidiram que nos pontos a) a i) do número dois da proposta apresentada deveria constar “a pedido do Município, pode a CIMLT dar apoio técnico, em matéria de...”. -----

Após a apreciação e discussão deste assunto, os presentes aprovaram por unanimidade as seguintes conclusões: -----

decidido que cada Município delegue na CIMLT o seguinte: -----

➤ Na área da reabilitação urbana: -----

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

1. Preparar os projetos de delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana e dos respetivos projetos de Operação de Reabilitação Urbana; -----
 2. Determinar o nível de conservação de um prédio urbano, ou de uma fração, compreendido numa área de reabilitação urbana, ainda que não estejam arrendados, nos termos definidos em diploma próprio; -----
 3. Dar apoio técnico e participação em inspeções e vistorias, em imóveis localizados nas áreas de reabilitação urbana (ARU); -----
 4. Dar apoio técnico e participação em inspeções, vistorias de fiscalização e levantamento de situações existentes, nos termos previstos no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual versão;-----
 5. Identificar os prédios ou frações que se encontram devolutos, para efeitos de aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto;-----
 6. Dar apoio técnico no sentido de se estabelecer um regime especial de taxas municipais, constante de regulamento municipal, para incentivo à realização das operações urbanísticas;
 7. Dar apoio técnico no sentido de estabelecer um regime especial de taxas municipais, constante de regulamento municipal, para incentivo à instalação, dinamização e modernização de atividades económicas, com aplicação restrita a ações enquadradas em operações de reabilitação urbana sistemática; -----
 8. Dar apoio técnico no sentido de estabelecer, em regulamento municipal, um regime especial de cálculo das compensações devidas ao município pela não cedência de áreas para implantação de infraestruturas urbanas, equipamentos e espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 44.º do RJUE; -----
 9. Dar apoio técnico no sentido de se constituir fundos de compensação com o objetivo de receber e pagar as compensações devidas pela aplicação de mecanismos de perequação compensatória. -----
- A pedido do Município, pode a CIMLT dar apoio técnico, em matéria de: -----
- a) Imposição de obras coercivas, quando os proprietários tiverem possibilidade de sustentar os encargos da operação, e sem prejuízo de programas específicos de apoio eventualmente existentes para o caso, quando estiverem reunidos os requisitos constantes do artigo 55.º do RJRU; -----

CONSELHO INTERMUNICIPAL

DA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

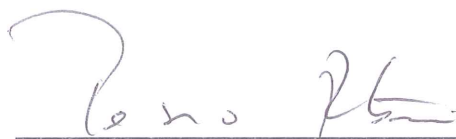
- b) O desenvolvimento de empreitada única, quando tal se constituir como forma mais eficiente de proceder às intervenções, quando estiverem reunidos os requisitos constantes do artigo 56.º do RJRU; -----
- c) A ordem de demolição de edifícios, quando estiverem reunidos os requisitos constantes do artigo 57.º do RJRU; -----
- d) O direito de preferência quando estiverem reunidos os requisitos constantes do artigo 58.º do RJRU; -----
- e) O arrendamento forçado, quando estiverem reunidos os requisitos constantes do artigo 59.º do RJRU; -----
- f) A constituição de servidões, nos termos do artigo 60.º do RJRU; -----
- g) O desenvolvimento de ações de expropriação, quando estiverem reunidos os requisitos constantes do artigo 61.º do RJRU; -----
- h) O desenvolvimento de venda forçada, quando estiverem reunidos os requisitos constantes do artigo 62.º do RJRU; -----
- i) A reestruturação de propriedade, nos termos do artigo do artigo 64.º do RJRU. -----

Em conclusão, o Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Pedro Miguel César Ribeiro, agradeceu a presença de todos e os bons resultados alcançados com este Seminário Interno. -----

Deu-se por encerrados os trabalhos deste Seminário Interno cerca das dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, João Paulo Godinho Ferreira, que a lavrei. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal

Pedro Miguel César Ribeiro



O Assistente Técnico

João Paulo Godinho Ferreira

